

HISTÓRIA E CIÊNCIA NO BRASIL: COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA A PARTIR DOS CONCEITOS DE *PROGRESSO*, *CIVILIZAÇÃO*, *EVOLUÇÃO*, *RAÇA* E *MESTIÇAGEM*

Stéfany Sidô Ventura ¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o uso dos termos *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*² em algumas obras de Joaquim Nabuco, Paulo Prado, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre³, no intento de compreender como esses estão relacionados à construção da historiografia nacional. Entendo que esses não são apenas termos privilegiados da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, mas, conceitos específicos, ordenadores de sentido, que colaboram para hierarquizar, estruturar e refletir sobre a sociedade.

Palavras-chave: Historiografia; Historiografia brasileira; História dos conceitos.

ABSTRACT: HISTORY AND SCIENCE IN BRAZIL: UNDERSTANDING THE CONSTRUCTION OF THE HISTORICAL NARRATIVE FROM THE CONCEPTS OF PROGRESS, CIVILIZATION, EVOLUTION, RACE AND MESTIZAJE

This paper aims to analyze the use of the terms *Progress*, *civilization*, *evolution*, *race* and *mestizaje* in some works by Joaquim Nabuco, Paulo Prado, Nina Rodrigues and Gilberto Freyre, in order to understand how these are related to the construction of national historiography. I understand that these are not only privileged terms of the second half of the nineteenth century and the first half of the twentieth century, but specific concepts, ordering meaning, which help to hierarchize, structure and reflect on society.

Keywords: Historiography; Brazilian historiography; History of Concepts.

¹ Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História pela UFMG. E-mail: stefanysido@gmail.com

² Para deixar claro as possibilidades de aproximação discursiva entre os autores trabalhados os termos *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem* e suas variações serão destacadas em itálico.

³ Joaquim Nabuco (2002), Nina Rodrigues (2008) (1939), Gilberto Freyre (2006) e Paulo Prado (2002).

Introdução

No Brasil, *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*, são termos fundamentais do arcabouço teórico, que se preocupa em compreender a formação e viação da Nação Brasileira. Esses termos, que aparecem em um quadro de discursos aproximados, conformam o léxico investigado nesse trabalho.

O léxico é entendido como um conjunto de palavras capaz de traduzir e organizar, por meio da linguagem, uma experiência histórica e social. Assim, seu estudo permite conformar categorias conceituais que dão sentido à atividade da realidade social. A hipótese central desta pesquisa é que há um léxico compartilhado entre os intelectuais que se dedicaram a compreender a História do Brasil, nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Desta forma, *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem* conformam o léxico de análise deste trabalho.

O historiador Eduardo Paiva (2015), aponta o estudo da linguística como meio de buscar

sentidos e significados de palavras, expressões e conceitos. Desse modo, estudar o léxico norteador dos estudos e análises sobre o Brasil, do final do século XIX e início do XX, serve para encontrar os usos políticos e sociais, bem como analisar o emprego histórico dos termos. *Progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem* aparecem nas fontes desta pesquisa e nos demais estudos referenciais da época.

O que se pretende é demonstrar a existência de *corpus* teórico-conceitual que tem sua estrutura baseada nos cinco termos supracitados (*progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*). Entretanto, é importante pontuar que a utilização de uma mesma unidade linguística não garante um sentido ou uso único dos termos, uma vez que há polissemia e variações de emprego entre eles. Contudo é possível encontrar, em cada uma das obras trabalhadas neste artigo, a utilização desses conceitos como ordenadores e nomeadores da experiência histórica e social brasileira.

Nesse contexto, este estudo busca através da análise das obras de

autores referenciais nos estudos históricos e sociais dos séculos XIX e XX, sobre o Brasil, demonstrar como estes valeram-se de unidade lexical. As obras Joaquim Nabuco (2002)⁴, Nina Rodrigues (2008⁵; 1939)⁶, Gilberto Freyre (2006)⁷ e Paulo Prado (2002)⁸ serão investigadas, a fim de reconhecer a produção dessa unidade linguística representada pelos conceitos *progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*.

As reflexões críticas e teóricas a respeito da sociedade brasileira, do período em foco, valem-se do mesmo esquema argumentativo: como viabilizar o *progresso* e *evolução* do povo e da nação brasileira. *Raça*, clima, *evolução*, fatores morais e psicológicos compunham o escopo das investigações para o avanço e *progresso* da nação.

Os autores selecionados para análise neste trabalho, são representativos de um panorama do

pensamento de época. A leitura deles possibilitará compreender como esses conceitos-chave (*progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*) estão presentes na construção da narrativa histórica brasileira. Assim, o que se pretende construir e sustentar, a partir desses conceitos investigados, é a existência de um quadro conceitual comum na elaboração intelectual, dentre as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. A configuração deste quadro pode indicar a (con)formação de um pensamento de época a respeito do Brasil e da sociedade brasileira.

1 - Contexto internacional

É importante destacar o contexto, histórico e científico, do século XIX. Em 1859, o evolucionista Charles Darwin publicou a obra “A origem das espécies”. As ideias expressas no livro de Darwin

⁴ “O abolicionismo” (2002). Publicado originalmente em 1883

⁵ “Os africanos no Brasil” (2008). Publicado originalmente em 1906

⁶ “Coletividades anormais” (1939). Publicado originalmente em 1939

⁷ “Casa Grande e Senzala” (2006). Publicado originalmente em 1933

⁸ “Retrato do Brasil” (2002). Publicado originalmente em 1928

tornaram-se paradigmáticas na Antropologia, Sociologia, História, nas Ciências em geral e na Política. Nas palavras de Schwarcz (1993) “as máximas darwinistas transformavam-se, aos poucos, em referência obrigatória, significando uma reorientação teórica consensual.” (SCHWARCZ, 1993, p. 55).

Ao apoderar, subverter e profanar os conceitos presentes na publicação de Darwin, pensadores da época - darwinistas sociais e etnólogos culturais - valeram-se desses para produzir uma leitura escalonada das sociedades, atribuindo estágios de civilidade e barbárie mensurados por padrões de *evolução*. O “outro”, atrasado e incivilizado, encaixava-se nas descrições do exótico, do selvagem, do que precisava ser vencido frente a uma sociedade que pulsava pelo *progresso* e desenvolvimento⁹.

Rapidamente, essas ideias possibilitaram e influenciaram a

produção de conceitos universalizantes que distanciavam as questões da liberdade, livre arbítrio e capacidades dos sujeitos. As patologias, a anormalidade e as tendências à degeneração eram predisposições presentes na *raça*. Nas palavras de Todorov (1993) “toda diferença é sentida como falha” (TODOROV, 1993, p. 124).

De forma geral, apresenta-se aqui um processo de longa duração da “barbarização” das diferenças. Assim, como apontado por Todorov (1993), a não aceitação da diversidade humana sob uma concepção universalista - a existência de valores universais - encarnou por diversas vezes um teor etnocêntrico que buscava provar que valores particulares deveriam ser parâmetro para generalizações e julgamentos universais. Nas palavras de Todorov “grande parte do pensamento dessa época se dedica a representar o homem em ‘geral’, para além de suas variantes” (TODOROV, 1993 p. 22).

⁹ A reorganização mundial após a estruturação das Repúblicas na América Latina e pós-primeira guerra coloca novos elementos. A construção da identidade nacional, o povo, os princípios da nacionalidade, o tipo nacional, a nação e a *raça* se articulam no discurso construtor e formulador, de acomodação desta “nova” realidade. O conceito de *raça*, que anteriormente era uma categoria tipológica, aproxima-se da perspectiva de nação. Fontes das mais diversas vozes, discursos e representações, a *raça* torna-se palco de disputa na constituição e fortalecimento de Estados Nacionais.

Essa formulação do modelo “hegemônico” e etnocêntrico tomou forma de discurso colonizador e se interpôs em discussões a respeito das disputas de poder - político, econômico e intelectual - entre europeus, asiáticos, africanos e americanos. Nesse sentido, “o ‘bárbaro exterior’, representado por meio do estereótipo pelo negro africano, pelo índio americano ou pelo mongol asiático, encontrava-se assim satisfatoriamente explicado e localizado nos estágios primitivos de *evolução*” (FERLA, 2009, p.35).

Nesse contexto, a “missão civilizatória” europeia seria parte do “fardo do homem branco”, o que disseminou entre colonos a vontade de avançar nos “estágios de *evolução*”. A *civilização*, como pontua Elias (1994), vinculava-se à domesticação das paixões, ao controle dos instintos, ao

refinamento, às artes, às ciências e às letras¹⁰.

2 - Contexto nacional

No século XIX, principalmente após a instauração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), acadêmicos e literatos pensavam as estratégias de apreensão, compreensão e construção de uma História Nacional. Dessa forma, o objeto de central atenção era como se deveria escrever a história do país, assim, intelectuais se dispuseram a historiografar a experiência histórica brasileira. A escrita da “ciência histórica”¹¹ estaria associada à expectativa do movimento, à *evolução* e ao *progresso*. Assim, a proposta era que a História Nacional incorporasse as experiências tradicionais do passado e lidasse com os processos de ruptura e

¹⁰ Francis Wolff, na obra “Quem é bárbaro?” (2004), formula uma interessante problematização acerca dos paradigmas contidos nas análises dos conceitos de *civilização* e barbárie: o autor argumenta que diferente da dicotomia estanque, concernente aos conceitos, na prática, um e outro podem se entrecruzar. Sociedades civilizadas não estão eximidas de cometer atitudes bárbaras. Apesar das críticas e releituras produzidas pelas Ciências Sociais e História aos conceitos tratados, Wolff os aceita e os toma como operativos de análise para se pensar a realidade. Indica que a necessidade de utilização dessas categorias se dá no limite do retrospecto histórico, pois foram noções utilizadas politicamente.

¹¹ Como já dito, esse termo aparece nas fontes e é importante mantê-lo. Todavia reconhece-se que “Ciência histórica” é um termo datado, que faz parte da história da historiografia, assim ele será empregado a fim de demarcar o processo de escrita da História pensada a partir de um ideal científico.

expectativas do futuro (pragmatismo histórico).

Nesse sentido, Januário da Cunha Barbosa afirma, no “Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” em 1839,

nossa história, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa *civilização* (BARBOSA, 2010, p.22).

Por sua vez, Raimundo José da Cunha Matos, em 1839, escreve “Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”, em que entende a história como uma “ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e os passados” (MATOS, 2010, p.123), evidenciando distinções entre seções principais (história geral) e subdivisões (história particular). Ademais, pontuava que a história do Brasil deveria ser escrita a partir de três distintas épocas: a primeira seria a dos aborígenes ou autóctones; a segunda referia-se às áreas do descobrimento e administração colonial e por último à soberania do povo brasileiro.

Em “Como se deve escrever a história do Brasil”, Von Martius (1843) faz algumas observações a respeito do percurso da História Brasileira, e aponta que, apesar de inestimáveis, as obras que tratavam de forma particular as províncias, os fatos e os acontecimentos, não satisfaziam “as exigências da verdadeira historiografia”. (VON MARTIUS, 2010, p. 82). Para o autor, a história se cerca de crônicas, fatos insignificantes e monotonia, e tais características prejudicam sua narração. Sendo assim, para Von Martius (2010), a história nacional seria

a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as *raças* Ethiopica e India.” (VON MARTIUS, 2010, p. 82. Grifo nosso).

No intuito de compreender todo esse processo, é necessário conhecer o contexto nacional naquele período. Para Von Martius (2010), a formação do Brasil era peculiar por ser resultado do encontro e da mescla das três *raças*: “a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou Ethiopica.” (VON MARTIUS,

2010, p. 64). O autor acreditava que cada uma destas *raças*, componentes da formação do povo brasileiro, possuía uma índole particular, bem como um movimento histórico característico. O português seria aquele que “poderosamente influiria”, enquanto “descobridor, conquistador e senhor”, porém, dentro da perspectiva de uma histografia-pragmática, não podiam ser desprezadas as influências físicas, intelectuais e morais de indígenas e negros no total da população.

Por sua vez, o autor Silvio Romero (1979), ao analisar a formação da nacionalidade brasileira, aponta incisivamente para a robusta influência lusitana e para o fator transformador que seria o processo de integração e miscigenação de brancos com negros e índios:

Assim, se estudarmos nossas origens, desde que foram lançadas as bases da nossa nacionalidade, encontramos o nosso genuíno ascendente europeu: a gente de Camões e não outra qualquer... Quem somos nós? Um prolongamento da *civilização* lusitana, um povo luso-americano, o que importa dizer que este povo, que não exterminou o indígena, encontrado por ele nessa terra e ao qual se associou, ensinando-lhe a sua *civilização*, que não repeliu o negro, a quem comunicou os seus costumes e a sua cultura,

predominou, entretanto, pelo justo e poderoso influxo da religião, do direito, da lida, da moral, da política, da indústria, das tradições, das crenças, por todos aqueles invencíveis impulsos e inapagáveis laços que movimentam almas e ajuntam homens. (ROMERO, 1979, p. 211, grifos nossos)

Romero (1953) afirma que o Brasil seria, essencialmente, um país mestiço, “os brancos puros e os negros puros que existem no país, e ainda não estão mesclados pelo sangue, já estão *mestiçados* pelas ideias e costumes, e o estudo dos hábitos populares e da língua fornece a prova dessa verdade” (ROMERO, 1953, p. 60-61, grifo nosso). Desse modo, compreendia que o Brasil era um país diverso e em formação, pois não tinha um tipo étnico definido e determinado originalmente. Contudo, afirmava que por meio de um extenso e longo processo, as *raças* indígena e negra, dadas como inferiores, se fundiram e assim deram origem ao mestiço: uma figura genuína na formação da nação. Essa figura avançaria rumo ao *progresso* e à *evolução*, a partir do processo de regeneração.

Os teóricos, preocupados com a (con)formação nacional, entre o final do século XIX e décadas iniciais

do século XX, apontam a impossibilidade de se compreender o Brasil sem a interação e a integração das três *raças*, ou seja, é necessário refletir as particularidades e originalidades da formação social brasileira.

Os intelectuais brasileiros tiveram como tarefa demonstrar como as peculiaridades do país não eram limitadoras com o objetivo de se fazer nação e estar no *hall* das sociedades *civilizadas*. Para tanto, buscaram evidenciar que, por meio da capacidade de assimilação e mistura, da incorporação do negro e do indígena ao *corpus* social do Brasil, seria possível demonstrar nossa capacidade de *evolução* e aprimoramento – moral, cívico e político - rumo ao *progresso* e à *civilização*.

Por seu lado, Raimundo José da Cunha Matos (2010) indicava a dificuldade de constituir a história da primeira época dos aborígenes ou autóctones por “falta de monumentos bíblicos ou lapidares que sirva ao menos para dar uma certa cor de probabilidade às nossas conjecturas” (MATOS, 2010, p. 127). Segundo o autor, quando os

portugueses chegaram à terra de Santa Cruz, encontraram certa diversidade de idiomas e povos, com quem estabeleceram relações amigáveis e também hostis.

Segundo o autor, essa *raça* “perfeitamente selvagem” não deixava vestígios para averiguar os fatos memoráveis de seu povo, pois estavam “pouco acima dos irracionais”. Aponta ainda que “sempre foram tão bárbaros que nunca se encontrou, na vasta extensão do império, uma pedra colocada por eles sobre outra para servir de monumento religioso ou histórico.” (MATOS, 2010, p. 131).

Já Von Martius (2010), apesar de considerar os aborígenes do Brasil a prova cabal da possibilidade do desenvolvimento humano – por meio do contato e apuração do estado moral e psíquico com os portugueses –, discorre sobre as dificuldades de se estudar a “história dos habitantes primitivos do Brasil, história que por ora não dividida em épocas distintas, nem oferecendo monumentos visíveis, ainda está envolta em obscuridade” (VON MARTIUS, 2010, p. 67).

Dessa forma, Von Martius (2010) diz que a falta de registros indica a não história e o não passado indígena. Assim, uma fonte de acesso ao passado seria a partir de documentos históricos manifestos: a língua e a gramática e suas coincidências e dissidências entre os povos indígenas.

A produção historiográfica brasileira, datada entre a segunda metade do século XIX e os anos iniciais do século XX, buscou estruturar uma espécie de síntese nacional. A seu modo, cada intelectual buscou conceber a história brasileira perpassando por momentos, temáticas e teorias fulcrais. Os complexos trânsitos – sociais, culturais, políticos e econômicos –, brasileiros de formação, não poderiam ser desconsiderados.

Buscando formular um quadro representativo da intelectualidade brasileira a partir da

segunda metade do século XIX, serão chamados à discussão Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Paulo Prado. A escolha desses autores é justificada pelo fato de serem nomes referenciais e porque podem demonstrar como essas categorias conceituais citadas se articulam e dão sentido às narrações históricas da sociedade brasileira.

De fato, o que se busca é compreender como as categorias conceituais em análise aparecem nas leituras e interpretações da formação da estrutura e sociedade brasileira, no diálogo entre natureza e cultura e no estudo das peculiaridades da miscigenação brasileira, a partir das obras de Joaquim Nabuco (2002)¹², Nina Rodrigues (2008)¹³ (1939)¹⁴, Gilberto Freyre (2006)¹⁵ e Paulo Prado (2002)¹⁶. Assim, o que se pretende não é acentuar as dissonâncias analíticas entre os autores trabalhados, mas buscar lugares de convergência em que são

¹² “O abolicionismo” (2002). Publicado originalmente em 1883

¹³ “Os africanos no Brasil” (2008). Publicado originalmente em 1906

¹⁴ “Collectividades anormaes” (1939). Publicado originalmente em 1939

¹⁵ “Casa Grande e Senzala” (2006). Publicado originalmente em 1933

¹⁶ “Retrato do Brasil” (2002). Publicado originalmente em 1928

expressas e articuladas as categorias conceituais de *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*.

3 - Formação da estrutura e sociedade brasileira

*Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles –, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado. Tratava-se de entender toda e qualquer diferença como contingente, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de **progresso evolutivo**. (SCHWARCZ, 1993, p. 53, grifos nossos)*

Joaquim Nabuco foi célebre jurista brasileiro e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Seu livro “O abolicionismo” centra-se nas perversas consequências do escravismo no Brasil. Nabuco (2002) afirma que a escravidão devastou a vitalidade do povo brasileiro afastando-o da tomada de consciência da necessidade da liberdade.

A história do Brasil é inevitavelmente marcada e afetada pelo longo processo da escravidão; “nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda física, intelectual e moral” (NABUCO, 2002, p. 96) não poderiam ser compreendidos de forma a desconsiderar os trezentos anos de escravidão. Nabuco (2002) afirma que os infortúnios da sociedade foram iniciados com a chegada da escória portuguesa, o que marcou a origem da sociedade e *civilização* brasileira.

Desse modo, pode se perceber que para Joaquim Nabuco o processo de formação do Brasil teve de lidar com as “fezes sociais” portuguesas,

seus degredados, sua marginalidade e perversidade.

Ademais, Nabuco (2002) apontava para os malefícios advindos da instituição social escravidão. Essa seria para ele a responsável pela degeneração social e política do país. A escravidão estabelece uma relação paradigmática, pois sendo ela o cerne do atraso, também é base do funcionamento interno brasileiro. As relações de dominação e de dependência mútua são as premissas de uma estrutura de organização econômica, política, jurídica e moral que impedem o *progresso* e a formação da nação.

A instituição social da escravidão “fossilizou” a sociedade brasileira. A corrupção moral, a deformação política/econômica e jurídica. A presença dos “feudos agrícolas” e o “feudalismo do voto” obscureciam as noções de inteligência e nacionalismo, bem como afastavam as possibilidades de *progresso e civilização* da nação.

Segundo Nogueira (1984), as leituras de Joaquim Nabuco apontavam a escravidão como ímpar de desumanidade e pedra fundamental do atraso institucional e social do Brasil. Quanto maior fosse

a distância com a experiência colonial progressa, mais a escravidão mostraria a incompatibilidade com o mundo novo, econômica e moralmente.

De fato, Joaquim Nabuco busca formular explicações a partir de uma análise sociológica e histórica da formação da sociedade e das instituições. Nesse sentido, sugere que a reversão do atraso nacional se daria fundamentalmente pelas mudanças institucionais e seus efeitos. As mudanças estruturais seriam as transformações necessárias em direção ao *progresso* e modernização nacionais, alavancando o Brasil ao *status* de nação *civilizada*. Portanto, a ênfase nas estruturas e instituições, a partir de um viés político-sociológico, na obra de Nabuco, apontam para a centralidade analítica das configurações sociais.

O autor Paulo Prado, em “Retrato do Brasil” (2002), busca entender as estruturas e relações sociais a partir de um “fenômeno androcêntrico, de origem portuguesa e indígena” (PRADO, 2002, p.37). Esse se daria a partir da controvérsia, vivida pelos portugueses, entre o Velho e o Novo Continente. O “pudor

civilizado” do português chocava-se com a “tumescência voluptuosa” dos indígenas, da natureza e do clima. Nas terras quentes do trópico, a amoralidade, os temperamentos impoliciados e a sensualidade animal indígena eram a indução para o deleite carnal.

Para Prado (2002), o conquistador e colonizador português vivia em constante estado de “superexcitação”, admoestado pelo clima, pela natureza e pelos povos brásílicos, distanciados dos contornos da *civilização*.

O autor indica que a vinda da corte portuguesa para o Brasil modificou o processo natural da colonização. Se nos primeiros séculos a “*civilização*” centrava-se na faixa litorânea, com a chegada na família real “acentuou a desordem dos espíritos pela transplantação de um organismo vetusto e anacrônico para a ingenuidade primária das populações.” (PRADO, 2002, p.80).

Segundo o autor, esse transplante anacrônico, para as ingênuas populações primárias, tem sua valoração fixada

em sadia e sólida da emigração – homens de Estado, de valor, artistas de fama, bom senso atrasado, mas

útil na desordem colonial, aspectos inéditos de uma vida requintada, toda a súbita surpresa dessa invasão (PRADO, 2002, p. 80).

Entretanto, o desfecho seria orientado pela volúpia e pelas “delícias da *mestiçagem*”.

As análises de Paulo Prado sobre o Brasil contam sobre horrores e vícios dos primeiros portugueses que chegaram ao Brasil, embebidos pelo espírito da liberdade individual e religiosa da Renascença. Os encontros com a densa natureza selvagem e com a sensualidade indígena foram incentivos à animalidade dos europeus. A cobiça, a luxúria, o desejo de ganho fácil e rápido foram motores das motivações pessoais.

A experiência colonial foi, para Prado (2002), a origem dos males e do atraso nacional. Constituída por uma corte decadente, assombrada pela nefasta instituição da escravidão, a paradoxal relação com a natureza e o estilo de empreendimento europeu no Brasil deram origem a uma sociedade com forte representação dos elementos bárbaros (frutos da imaginação e do misticismo) na

formação espiritual e nacional do povo brasileiro.

Assim, a viabilidade da nação e da *civilização* brasileira ficavam à mercê da animalidade coletiva, da imaginação romântica e melancólica. Portanto, o que se tinha era uma cultura inacabada que não era capaz de promover uma libertação – dado que não possuía um sistema de tradição estável e autorreferenciado. Sem uma cultura nacional, o país estava em processo de ruína e desordem. A *mestiçagem*, a natureza e a estrutura política eram consequências da exploração incompetente, da vida social nula e do patriotismo indolente.

Nesse passo, sob as análises do médico e antropólogo Nina Rodrigues, a preocupação com o futuro do país se baseava na degenerescência da população. A escravidão preexistente na África não conseguiu ser desmantelada em terras brasileiras. A mão-de-obra escrava seria, para o autor, um elemento constitutivo de diferenciação dos estados de *civilização* entre europeus e africanos.

Segundo Nina Rodrigues (2008), essas condições de

desenvolvimento desiguais não poderiam ser justificativas para a “revoltante exploração” sofrida pelos negros no Brasil. Essas discrepâncias deveriam ser compreendidas como “produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou sessões”. (RODRIGUES, 2008, p.22).

De fato, sua explicação racional e científica encontra no “*mestiçamento*” da população o ponto de fratura da sociedade e da nação brasileiras. A mistura de diferentes povos, em diferentes graus de *civilização* e *evolução* sociológica, trariam ao Brasil calamidades similares às da Europa na Idade Média. O hibridismo social e a combinação das diferentes *raças* promoveriam manifestações culturais, físicas e mentais/psicológicas degeneradas.

Rodrigues, em seu livro “As colectividades anormaes” (1939), afirma que nas regiões mais afastadas do litoral, a organização social e política que se desenvolve é encabeçada por uma abastada burguesia, que impõe sobre a massa popular um regime bárbaro,

semelhante a um de uma *civilização* medieval. Assim,

Todas as *graandes* instituições que na *civilização* deste fim de século garantam ma liberdade individual e dão o cunho da igualdade dos cidadãos perante a lei, sejam políticos como o direito ao voto, o governo municipal *autonomo*, etc., sejam judiciários como o funcionamento regular dos *tribunaes*, tudo isso é mal compreendido, *sophismado* e anulado nessas longínquas paragens. O que predomina soberania e a vontade são, os sentimentos ou os interesses *pessoaes* dos chefes, régulos ou mandões, diante dos *quaes* as maiores garantias da liberdade individual, todas as formas regulares de processo, ou se transformaram em recurso de perseguição contra *innocentes*, si *desaffectos*, ou se *annullam* em benefício de *criminosos* quando amigos. E a mais *das* vezes a execução dessa vontade soberana é *summarissima*, e em nada diferem os processos escolhidos do que eram os adoptados pelo selvagem que antes do Europeu possuiu este *paiz*. (RODRIGUES, 1939, p. 67, grifos nossos)¹⁷

Dessa forma, o autor afirma que a população sertaneja, por estar em inferior estado de *evolução* social e por sua reduzida capacidade mental, não consegue conceber a abstração jurídica da representação política.

No livro “As ilusões de liberdade” (2013), a autora Mariza Corrêa afirma que Nina Rodrigues é um testemunho de seu tempo. Assim, a influência das teorias evolucionistas, racialistas e do darwinismo social apareciam na construção de suas análises sobre a constituição nacional. A partir do viés antropológico, se valendo do método etnográfico e produzindo um minucioso trabalho de campo, Nina Rodrigues desenvolveu uma extensa pesquisa entre as diversas populações e grupos étnicos traficados da África. As contribuições do autor foram de grande valia para a valorização do campo dos estudos sobre negros e africanos no Brasil.

O que pode ser observado, também, o livro do autor, “Os africanos no Brasil” (2008), é o desvelo da unicidade e homogeneização de negros e africanos. Nina Rodrigues (2008) conclui que há um escalonamento tecnológico, linguístico e cultural entre as etnias. Assim, haveria diferenciação nos graus de *evolução*

¹⁷ Nota do editor: a citação recortada pela autora respeita a grafia originalmente utilizada à época da publicação da obra citada.

e *civilidade*. A multiplicidade étnica de grupos africanos era um problema que deveria ser estudado e entendido pela ciência.

Apesar de separadas por um curto espaço temporal, as obras de Nina Rodrigues e Gilberto Freyre apresentam perspectivas teóricas e analíticas bastante distintas. Gilberto Freyre, em “Casa Grande & Senzala”¹⁸ (2006), afirma que somente depois de um século em contato com os trópicos os portugueses acomodaram um sistema econômico, civil e social no Brasil (FREYRE, 2006, p. 65). A conformação da sociedade brasileira marcava a aclimação portuguesa. Mais estabilizada e sólida que as organizações sociais geradas na Índia e na África, a aptidão do colonizar se dá por meio da “estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor”. (FREYRE, 2006, p. 65).

Ademais, Freyre (2006) aponta para a plasticidade e para o

passado de trânsitos e contatos com africanos, sarracenos, mouros e asiáticos (“caráter da genuína expansão étnica” portuguesa) como fator de sucesso para a colonização.

O processo de colonização brasileira, para o autor, não se deu no nível estritamente econômico. O resultado obtido é produto da formação de estruturas políticas, da cultura e da formação da sociedade brasileira (família colonial, economia agrícola, patriarcalismo e trabalho escravo) associados à moral e às experiências portuguesas.

De acordo com Schwarcz e Botelho (2009), Freyre, ao afirmar a forte influência africana no Brasil, não matiza os antagonismos e tensões constitutivos da heterogênea sociedade brasileira. Segundo os autores, Freyre compreende a sociedade brasileira a partir da gênese de uma colonização mestiça, indica as conflituosas relações entre brancos e negros baseando em estruturas racistas de longa permanência.

Desse modo, o autor apresentou as dificuldades de se

¹⁸Originalmente publicado em 1933.

produzir um tipo ideal de unidade nacional combinado à diversidade étnico-cultural das sub-regiões brasileiras. A nação era fragmentada e em cada subdivisão tinha traços, padrões de vida e de valores distintos. Sobre isso não possuía críticas pessimistas, indicava, porém, que essa organização apresentava os naturais antagonismos e/ou conflitos sociais e culturais das regiões físicas.

Além disso, Freyre se debruçou sobre a questão da constituição do patriarcalismo no Brasil e aponta a intensa influência da família na formação, configuração e conformação do modelo de sociedade e sociabilidade brasileira. Nesse sentido, o português (com sua bagagem colonizadora) regeria a economia, a condição da mão de obra – escrava –, a agricultura baseada na monocultura e o aspecto social tendo por base sua família patriarcal.

Essa família patriarcal ativava uma forma de organização hierárquica: o senhor das terras, sua família nuclear, os bastardos, os agregados, os escravos domésticos e os escravos de lavoura. Freyre aponta para a formação ambígua desta situação. Apesar da hierarquia fixada

e da distância social, havia equilíbrio, proximidade e íntima comunicação entre os diversos compositores das classes. Os hibridismos presentes na conformação da nação: campo e cidade, branco e *mestiço*, regionalismo e conformação da nação na obra de Freyre parecem conviver de forma sincrética. Apesar da hierarquização contida (entre senhores de engenho, escravos, bastardos e agregados) havia uma estrutura de convívio permeável, a oligarquia rural, para além da distância social, convivia com os componentes de outros estratos sociais de forma próxima e íntima em uma espécie de equilíbrio instável.

O *progresso* e a modernização seriam consequências dessa convivência harmoniosa e heterogênea. A inclusão de *mestiços* para a conformação da nação, segundo Freyre, era essencial para se assumir o caráter original brasileiro. Porém, vale-se desses aspectos sociais e culturais para indicar que negros e *mestiços* estavam desabitutados à política e conformados a uma tradição autoritária, não possuindo apanágio

para assumir a condição de cidadania plena.

A produção das leituras e diagnósticos nacionais, a partir da segunda metade do século XIX e décadas iniciais do século XX, trabalhou com pressupostos teóricos e metodológicos muito diversos. Esses influenciaram diretamente nas sínteses e conclusões produzidas por cada teórico. Entretanto, pode-se perceber uma “nova linguagem científica” (PAIVA, 2015) capaz de organizar e dar sentido às narrativas intelectuais construídas.

Assim, há dimensões de compartilhamento que extrapolam a esfera estritamente científica e entrecruzam contextos intelectuais, políticos e sociais. As obras de Joaquim Nabuco (2002), Nina Rodrigues (2008) (1939), Gilberto Freyre (2006) e Paulo Prado (2002) descrevem a formação da sociedade brasileira, demarcando as condições coloniais, os efeitos da escravidão e a inegável *mestiçagem* racial e cultural.

De acordo com Murari (2009),

a acentuada heterogeneidade social, a herança escravista, a paradoxal convivência do paradigma moderno e de culturas ‘arcaicas’, a precariedade do sistema político-institucional, a própria dificuldade de reconhecer-se como povo (MURARI, 2009, p. 36)

causavam distensões entre a realidade e o desejo de modernização.

Segundo Paiva (2006), o período colonial brasileiro foi marcado pela pluralidade, uma vez que tradições criadas e adaptadas marcam os distintos posicionamentos sociais ao mesmo tempo em que reforçam e propiciam o contato e a mistura entre os não-iguais. Entretanto, ao longo do século XIX, como indicam Ramos e Maio (2005), o que se desenvolveu por meio das lentes de viajantes e cientistas europeus¹⁹ foi a ideia de um país de população evolutivamente atrasada.

4– Natureza e sociedade

Com a generalização do princípio da uniformidade da natureza e do espaço no tempo, elaboram-se formas de pensamento que se esforçaram por explicar ao mesmo tempo a história humana e a

¹⁹ Nomes como Henry Buckle, Louis Agassiz, Gustave Aimard, Arthur Gobineau, entre outros.

*história natural da qual ela faria parte. A ideia de **progresso** foi então concebida a partir do princípio de que este era um desenvolvimento natural do homem, pois nele estariam inscritas as leis da natureza – logo, não havia distinção epistemológica entre cultura e natureza, sendo o sistema do conhecimento pelos naturalismos fundamentado na busca de leis de caráter homogêneo e universal que descreviam uma ordem natural em desdobramento linear no tempo. (MURARI, 2009, p. 128, grifo nosso)*

Há uma longa tradição de leituras das interações sociais com clima e meio enfatizando determinismos climáticos e geográficos, segundo Santos e Maio (2010), tais concepções influenciaram as leituras do mundo social. As representações de escritores, naturalistas e viajantes sobre a fauna, flora, clima e os elementos geográficos brasileiros tiveram impacto significativo no pensamento intelectual e científico. As possibilidades de desenvolvimento de uma *civilização* nos trópicos foram avaliadas e (re)formuladas por teóricos e intelectuais desde o século XVIII. Os

contrastes entre natureza e cultura permeavam a dicotomia entre *civilização* e *barbárie*.

Ainda que não sejam um elemento central nas análises de Joaquim Nabuco (2002) as condições de desenvolvimento e adaptabilidade aos trópicos aparecem.

Diz-se que a *raça* branca não se aclimaria no Brasil sem a imunidade que lhe proveio do cruzamento com os indígenas e os africanos. Em primeiro lugar, o mau elemento de população não foi a *raça* negra, mas essa *raça* reduzida ao cativo; em segundo lugar, nada prova que a *raça* branca, sobretudo as *raças* meridionais, tão cruzadas de sangue mouro e negro, não possam existir e desenvolver-se nos trópicos. Em todo o caso, se a *raça* branca não se pode adaptar aos trópicos, em condições de fecundidade ilimitada, essa *raça* não há de indefinidamente prevalecer no Brasil: o desenvolvimento vigoroso dos mestiços há de pôr fim sobrepujá-la, a imigração europeia não bastará para manter o predomínio perpétuo de uma espécie de homens, à qual o sol e o clima são inferiores. A ser assim, o Brasil ainda mesmo hoje, como povo europeu, seria uma tentativa de adaptação humana forçosamente efêmera; mas nada está menos provado do que essa incapacidade orgânica da *raça* branca para existir e prosperar em uma zona inteira da terra. (NABUCO, 2002, p. 97, grifos nossos)

Desse modo, Nabuco afirma que não seria possível a *raça* branca adaptar-se sem as *mesclas* com

indígenas e negros. Para o autor, a *raça* branca não deve prevalecer no Brasil, pois o crescimento da população de *mestiços* irá sobrepujá-la. Sobre a imigração europeia, é categórico ao dizer que seria uma “tentativa de adaptação humana, forçosamente efêmera”, pois há uma incapacidade orgânica da *raça* branca sob a zona tórrida dos trópicos. Entretanto, afirma que nos estados do Sul do país - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - a suavidade do clima propicia a difusão do sangue novo do europeu imigrante.

Por sua vez, o autor Paulo Prado (2002) indica que o clima tropical, a sensualidade indígena e a solidão dos primeiros portugueses aportados em terras brasileiras teriam propiciado as uniões de “pura animalidade”. O clima quente dos trópicos era o aval para a nudez indígena (amoral e luxuriosa), e os jovens portugueses, a fim de se libertarem da severidade da moral europeia, produziram uma situação de descontrole dando início ao

surgimento de uma população brasileira marcada pela *mestiçagem*.

Tudo favorecia a exaltação do seu prazer: os impulsos da *raça*, a molícia do ambiente físico, a contínua primavera, a leveza do vestuário, a cumplicidade do deserto e, sobretudo, a submissão fácil e admirativa da mulher indígena, mais sensual do que o homem como em todos os povos primitivos e que em seus amores dava preferência ao europeu (PRADO, 2002, p. 43, grifo nosso)²⁰

A psicologia do brasileiro é baseada na formação de um “ente novo”. Segundo Prado (2002), ao primeiro contato com o ambiente físico e social da colônia, os europeus foram estimulados por novas e diversas influências. À mercê do clima e do desregramento social, dois sentimentos tirânicos o dominavam: o sensualismo e a paixão por ouro; enquanto luxúria e cobiça eram obsessões desordenadas que subjogavam o corpo e o espírito de europeus e dos primeiros brasileiros.

O clima, a terra, a mulher indígena e a escrava africana eram fatores originários do erotismo exagerado. O autor afirma que esse “culto do vício sexual” deixou traços indestrutíveis no caráter, na

²⁰ Nota do editor: idem nota 17

inteligência e no sentimento do povo brasileiro. A falta de preocupações políticas, intelectuais e artísticas e a ausência de sentimentos afetivos de ordem superior produziram, ao longo do tempo, uma *raça* melancólica, descontente, vivendo na fixa ideia de enriquecimento e marcada pelos abusos venéreos.

A natureza, enquanto uma entidade de obstáculo à ocupação do território brasileiro, se mostra na descrição enfática do calor excessivo e dos sentidos limitados pela densidade da flora, conforme apontado por Freitas (2010). Em outras passagens, a exuberância da fauna e da flora remetem à visão de um paraíso tropical turbado pelo clima excitador dos sentidos. A voluptuosidade do ambiente se manifestava aos colonos, e tinha apelo indígena seu prolongamento, desse modo, a *raça* produto desse meio era igualmente selvagem, sensual e movida pelas forças da animalidade.

A influência do meio também aparece em Nina Rodrigues, na obra “As collectividades anormaes” (1939), ao estudar a rebelião de Canudos, no interior do Estado da

Bahia, indica que Antônio Conselheiro era vítima de uma confusão histórica epidêmica. A existência dessas coletividades anormais, nas mais diversas províncias, era possível pois havia uma anormalidade no ambiente brasileiro. Algo que atuava enfraquecendo seu organismo e exaltava suas faculdades psíquicas. Rodrigues (1939) afirma que uma das causas é o clima abrasador que provoca a indolência e a anemia (principalmente na população do norte do país).

Ao descrever o jagunço, o tipo social híbrido dos sertões, aponta o componente “selvagem” em sua composição psicológica e moral. Indomável como o índio “selvagem”, nômade e errante, não se deixa afligir por sofrimentos físicos como a fome e a sede. Traz consigo a inclinação pela aventura da guerra e o predomínio de suas vontades e sentimentos.

Além disso, Nina Rodrigues (2008) afirma que deviam ser analisadas todas as complexidades do “homem-organismo”. Suas estruturas íntimas são formuladas por heranças ancestrais transmitidas

pela história e pela sucessão da *evolução* animal. Elementos biológicos, sociais e orgânicos influenciam na composição dos sujeitos.

O autor afirma a capacidade de aclimatação dos brancos em terras tropicais, ainda que o clima seja inóspito. Entretanto, aponta que, nos estados do Sul do Brasil, de temperaturas mais temperadas, ao longo dos anos o clima e a *civilização* vão extirpar a população negra e *mestiça*, dando lugar a uma “nação branca, forte e poderosa”.

Todavia, a *civilização* luso-tropical trabalhada por Gilberto Freyre (2006) enfrenta a problemática do desenvolvimento e *civilização* nos trópicos. A vegetação, o clima, os fatores físicos e geográficos, tão distintos das condições naturais europeias, produzem situações e condições peculiares.

Para o autor, o clima tropical favoreceria os contatos íntimos e informais, desenvolvendo novas relações sociais e psicológicas, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Os portugueses... assim que se estabeleceram no Brasil começaram

a anexar ao seu sistema de organização agrária de economia e de família uma dissimulada imitação de poligamia, permitida pela adoção legal, por pai cristão, quando este incluía, em seu testamento, os filhos naturais, ou ilegítimos, resultantes de mães índias e também de escravas negras. Filhos que, nesses testamentos, eram socialmente iguais, ou quase iguais, aos filhos legítimos. Aliás, não raras vezes, os filhos naturais, de cor, foram mesmo instruídos na Casa Grande pelos frades ou pelos mesmos capelães que educavam a prole legítima, explicando-se assim a ascensão social de alguns desses mestiços (FREYRE, 1969, p. 181).

Segundo Schwarcz (2010), os humores, costumes, culinária, arquitetura e vestuário foram analisados sobre o crivo tropical de Freyre. A historiadora ainda afirma que Freyre assinala a facilidade de adaptação do negro às condições físicas e ao clima brasileiro. Uma vez que é mais bem preparado que o nômade ameríndio à vida agrícola e doméstica. O negro adaptou-se e modificou a paisagem, ajudando a construir uma *civilização* agrícola, latifundiária da monocultura da cana-de-açúcar.

5– Raça e mestiçagem

*Desde os primórdios da conquista do Novo Mundo pelos ibéricos a questão dos **mestiços/mestizos** e das misturas entre os povos e culturas esteve presente no cotidiano de autoridades e da população no geral e apareceu*

*frequentemente na documentação: terminologia, taxonomias, ideias, representações, legislação, julgamentos, projetos, estratégias, tudo relacionado à presença, cada vez mais importante, dos mestiços americanos, muitos dos quais bastardos de conquistadores e índias e, mais tarde, deles ou de seus descendentes com negras, crioulas e mestiças. Houve sempre discursos desfavoráveis às **mesclas**, mas houve também os que as defendiam oficialmente, uma vez que produziam agentes colonizadores nascidos nos domínios americanos, dispostos a ocupar e proteger as terras e a (re)produzir nelas. (PAIVA, 2013, p. 342, grifos nosso)*

A categoria *raça* é a mais ambígua e trabalhada pelos intelectuais brasileiros do período em destaque. As combinações possíveis dos três troncos iniciais (indígena, branco e negro) produziram, segundo Bernard (2015), uma “população heterogênea e impossível de classificar”. A formulação da identidade nacional, a demarcação dos particularismos e a busca em estabelecer a sincronia entre o Brasil e os países avançados baseavam-se na incorporação do modelo cognitivo evolucionista, generalista e unitário.

Por sua vez, Murari (2009) aponta para a amplitude das ideias e vertentes do darwinismo social chegado ao Brasil. Seguindo esta

lógica, a natureza humana seria regulada (portanto, poderia ser compreendida) por meio de leis racionais e naturais: assim como as espécies animais, os homens também seguiriam os princípios da *evolução*. As desigualdades sociais seriam a derivação das diferenças culturais, psicológicas, morais e físicas entre as coletividades humanas.

A discussão da *evolução* orgânica aparece no conjunto de textos selecionados. Entretanto, não significa dizer que há instituição de um conjunto teórico coerente e unificado. Há, no confronto das diversas sub-matrizes ideológicas, há conformação de uma linguagem científica com seus próprios mecanismos de argumentação.

Joaquim Nabuco (2002) afirma que a aclimatação completa da *raça* branca no Novo Mundo só foi possível graças à imunidade adquirida dos cruzamentos com negros e índios. Rebatendo as vertentes mais pessimistas das mestiçagens, afirma que não há provas da inadaptabilidade e incapacidade orgânica da *raça* branca aos trópicos dado seu

cruzamento com sangue negro e mouro.

Segundo o autor, a constituição social brasileira, ainda que sob um regime escravagista baseado nas diferenças raciais, nunca estabeleceu uma divisão estanque de classes ou castas. A vida cotidiana e os limites da atuação do Estado produziram uma “confusão de classes e indivíduos”.

Dos *cruzamentos* sociais aos cruzamentos raciais, brancos, negros, livres, forros e escravos - gentes de todas as qualidades e condições (PAIVA, 2015) - formaram um contingente de uma população indelevelmente mestiça.

Se, multiplicando-se a *raça* negra sem nenhum dos seus cruzamentos, se multiplicasse a *raça* branca por outro lado mais rapidamente, como nos Estados Unidos, o problema das *raças* seria outro, muito diverso - talvez mais sério, e quem sabe se solúvel somente pela expulsão da mais fraca e inferior por incompatíveis uma com a outra; mas isso não se deu no Brasil. As duas *raças* misturaram-se e confundiram-se; as combinações mais variadas dos elementos de cada uma tiveram lugar, e a esses juntaram-se os de uma terceira, a dos aborígenes. Das três principais correntes de sangue que se confundiram nas nossas veias - o português, o africano e o indígena - a escravidão viciou sobretudo os dois primeiros. Temos aí um primeiro efeito sobre a população: o cruzamento dos caracteres da *raça* negra com os da branca, tais como se

apresentam na escravidão a mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra. (NABUCO, 2002, p.95, grifos nossos)

Todavia, Nabuco (2002) afirma que algumas influências da escravidão poderiam ser decorrentes do incipiente desenvolvimento intelectual, dos instintos ainda bárbaros e das superstições. A existência sincrética do catolicismo e a feitiçaria africana teria influência densa e direta nas camadas inferiores intelectualmente, sendo repassadas pelos contatos da escravidão doméstica, pela ama-de-leite, chegando até aos mais notáveis homens.

Além disso, as doenças africanas, a corrupção da língua e das maneiras sociais estavam presentes na constituição física e moral do povo brasileiro. O cruzamento entre *raças* em períodos evolutivos tão significativamente diferentes, associado à cobiça, ao fanatismo religioso, à falta de leis e à baixa população aclimatada, explicariam as causas do distanciamento do *progresso* nacional. O autor ainda afirma que, mudando essas condições sociais da gênese da constituição brasileira, havia uma

gradual elevação da *raça* mais atrasada (negra) pela mais adiantada, e o que o contrário não se firmaria.

Afora isso, Nabuco (2002) buscou demonstrar e reforçar que não havia uma animosidade racial no Brasil. A viabilidade do abolicionismo, entre outras causas, se daria pela inexistência de um conflito *racial* aberto, pois mesmo com a instituição social da escravidão não se (re)produziu um profundo e recíproco ódio entre opressores e oprimidos.

Assim como Joaquim Nabuco, Paulo Prado (2002), afirma que são inegáveis e infinitas as misturas no “reino das *mestiçagens*”, uma vez que sujeitos em todas as variedades de condições e qualidades relacionavam e misturava-se cotidianamente desde os tempos iniciais da colônia. Entretanto, nesse mundo ibero-americano as diferenças não desapareciam. Muito antes, as hierarquizações e diferenciações *raciais* apareciam nas

clivagens sociais e intelectuais empregadas na época. Isto fica evidente no trecho:

O mulato desprezava o mameluco; pretendia pertencer à classe dos brancos e vangloriava-se em não ter parentes índios. Sentia a sua inferioridade em relação ao branco, desde que este lhe era superior em riqueza; chegava a se humilhar diante de outros mulatos mais ricos ou de melhor condição social. Podia entrar para as ordens sacras e ser magistrado: bastava-lhe um atestado de sangue limpo, mesmo que a aparência desmentisse o certificado. (PRADO, 2002, p.70)

A *mestiçagem* na obra “Retrato do Brasil” é tratada como uma realidade incontornável, uma fatalidade em que a saída possível é a acomodação. O desregramento e a sensualidade do conquistador europeu foram originários das primeiras populações *mestiças* do Brasil. Na “terra de todos os vícios e todos os crimes” a imoralidade dos primeiros colonos portugueses deu início à problemática da *mestiçagem*.

Atualizado das teorias da etnologia e da eugenia, Paulo Prado (2002) discorda diretamente da teoria da desigualdade das *raças* formulada por Gobineau²¹. Para ele,

²¹ O diplomata, escritor e filósofo francês Conde de Gobineau (século XIX) entre seus diversos estudos, procurou dentre as diferentes *raças*, algum apontamento científico que explicasse suas diferenças. Assim, entre algumas de suas extensas pesquisas, analisou e avaliou cérebros humanos de diversas *raças* e concluiu que o tamanho apresentado por cada um estaria ligado à capacidade, e/ou estágio, de *civilização* e progresso em que cada uma delas se encontrava. A

todas as *raças* essencialmente eram iguais, tendo a mesma capacidade mental e de adaptação à *civilização*. Para o autor, a *raça* negra, fora da vida cativa, é um povo sadio, organizado, laborioso e imaginativo. Entretanto, dentro dos centros de *civilização*, sua inferioridade social é motivada pela falta de oportunidade de desenvolvimento cultural de seus atributos superiores.

Uma vez afastada a questão da desigualdade *racial*, o argumento que se desenvolve é que a *mestiçagem* seria a solução para o problema nacional. O autor apontou as vantagens da *mescla* de índios e brancos (produzindo o mameluco), como resultado o mameluco era configurado pelo vigor e a verdade dos dois elementos fusionados.

Ademais, Prado (2002), sobre a fusão de brancos e negros, é categórico ao afirmar que não havia no Brasil estudos que tratassem do assunto com imparcialidade e perícia. Dos vários componentes e combinações nessa mistura das *raças*, a falta de energia e a profunda indolência são tratados como defeitos persistentes da *raça* negra. No Brasil, segundo o autor, o processo de arianização, ao que tudo indica, apagou as diferenças psíquicas e somáticas da sociedade *mesclada*, o que é um produto dos intensos *cruzamentos* raciais, o mestiço brasileiro já haveria demonstrado sua capacidade de cultura, valor moral e inteligência.

No “trabalho cósmico” do laboratório experimental brasileiro, Paulo Prado observa que, ao cabo de cinco ou seis gerações, com 1/8 de sangue negro, os caracteres africanos desapareceriam por completo. Dessa forma, o negro vai desaparecendo aos poucos dando lugar à “falsa aparência do ariano puro”.

Paulo Prado (2002) também apresentava uma visão paradoxal a respeito da *mestiçagem racial* brasileira. Se por um lado era fruto de instintos lascivos impoliciados, por outro lado apresentava contribuições genéticas arianizantes. Por sua vez, Nina Rodrigues (2008) (1939), ao se dedicar a compreender as consequências das complexas *misturas* na conformação da sociedade brasileira, alia-se aos estudos da antropologia física.

Nesse passo, Nina Rodrigues (1939) afirma que a *mescla* de *raças* em tão diferentes níveis de *civilização*, em períodos tão desiguais da *evolução* sociológica, traria como consequência o fanatismo fetichista. A valorização das práticas supersticiosas demonstra o despreparo e a influência direta das classes inferiores na formação da sociedade brasileira. O *cruzamento* de *raças* antropologicamente muito diferentes, traria, na visão do autor,

raça ariana (branca) estaria no maior patamar de “humanização” e as variações e combinações das demais causariam a degeneração. Gobineau indicou nesses estudos a impossibilidade de classificar e escalonar os de sangue não puro (mestiços), pois eram ambivalentes e não havia como criar critérios para se classificar, nomear e ordenar com cientificidade e em acordo com o pensamento moderno (SOUZA, 2006, p. 6). Ele acreditava que as sucessivas misturas no sangue faziam com que o homem perdesse seu valor e produzisse indivíduos degenerados. Tal ideia é expressa em seu livro “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” (1853)

consequências degenerativas físicas e mentais.

O autor afirma que o *mestiçamento* da população brasileira é um processo vivo. O *processo de mistura* das três *raças* puras teve como produto histórico os diversos *tipos cruzados*. Dessa forma, compreende não ser possível identificar as infinitas transições até que se chegue a um produto final uniforme. Assim,

A multiplicidade de sentidos, sobretudo, em que se vão fazendo os cruzamentos, de um lado entre as *raças* mães e de um modo unilateral com os seus mestiços, de outro lado entre mestiços de espécie, ou de graus ou sangue diferentes, no fim de pouco tempo tornou de todo impossível figurar ou estabelecer com precisão, para a grande maioria dos mestiços, o parentesco real que os liga às *raças* de que provieram, bem como os que guardam uns para com os outros. (RODRIGUES, 1939, p. 204, grifos nossos)

Nina Rodrigues preocupava-se com a classificação e organização dos tipos humanos. Acreditava que a ciência deveria se dedicar a entender a complexificação dos *cruzamentos* e das nomenclaturas de seus resultados, entretanto, afirmava que “a inferioridade da *raça* negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os

interesses *escravagistas*” (RODRIGUES, 2008, p.22, grifo nosso). Segundo o autor, a ciência avaliava os critérios de diferenciação *raciais*, como meramente naturais produtos da desigualdade filogenética do desenvolvimento da humanidade.

De acordo com Paiva (2013), as produções de Nina Rodrigues estão diretamente conectadas às teorias evolucionistas e racialistas de seu tempo. Afora isso, a degenerescência biológica e a falta de *civilização* ganham destaque secundário, pois seu pensamento era fruto dos velhos discursos baseado em “questões morais, comportamentais, políticas e religiosas” (PAIVA, 2013, p. 346). Assim, Rodrigues (2008, 1939), balizado por perspectivas do marco europeu de *civilização*, se valeu dos métodos da antropologia física, da craniometria, da etnografia e da psicologia social para analisar as diferenças hierárquicas entre as *raças*. Seguindo a lógica progressista e evolucionista da história, Nina Rodrigues buscava estudar os “últimos” representantes²² africanos no Brasil.

²² Koselleck (2013) indica uma mudança conceitual no significado da História a partir do século XVIII. A História passa a formular conhecimentos capazes de evoluir e aperfeiçoar a sociedade. Entretanto, esse caráter único do processo, as

Em uma perspectiva distinta, Gilberto Freyre (2006) demonstra que aspectos do determinismo racial e geográfico não influenciavam negativamente a cultura e sociedade. Apesar de não propor textualmente a democracia racial, o estudo da vida privada do cotidiano das elites nordestinas lhe permitiu apresentar as hierarquias e permeabilidades da vida social brasileira, na experiência da convivência das três *raças*.

Desse modo, Freyre (2006) mostra que todo brasileiro, mesmo que de alva tez, traz consigo no corpo ou na alma “a sombra ou ao menos a pinta” do negro e ou do indígena. A *mestiçagem* seria parte da sociedade. Entretanto, a autora Lilia Schwarcz (2010) aponta para os acotovelamentos dos conceitos de superioridade e de inferioridade na construção de um produto nacional que matiza os elementos culturais e simbólicos africanos.

Gilberto Freyre (2006) busca sistematizar o Brasil sob a ótica da possibilidade da *civilização* nos trópicos. A originalidade da plasticidade e da assimilação, bem

como a *mestiçagem* biológica e cultural, marcam as possibilidades de revisões dos conflitos e não da decadência e degenerescência brasileira.

Em “Guerra e paz: Casa Grande & Senzala a obra de Gilberto Freyre nos anos 30” (1994), Ricardo Benzaquen de Araújo discorre sobre as dificuldades de enquadramento da obra de Freyre nos estudos de determinismo étnico e puramente culturalistas. As leituras neolamarckianas apontam para a maior adaptabilidade das *raças* e *fusibilidade* às condições do meio físico.

Dessa forma, a natureza tropical e o encontro das diferentes *raças* produziram um ambiente de intenso convívio étnico, mas não eliminaria violências e desigualdades no complexo casa grande e senzala. Freyre (2006) enfatiza o mérito português da *miscigenação* e caracteriza a mistura como fator positivo de construção da nação. A diversidade étnico-cultural, para Freyre, era a conformação do modelo diverso, próprio da sociedade brasileira.

representações histórico-universais, somadas à compreensão do evolucionismo social, fortalecem a utilização de argumentos sobre o processo de desaparecimento do passado e a constante preocupação com o futuro.

Considerações finais

A partir das leituras dos quatro autores (Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Paulo Prado) fica evidente que as influências do meio e do clima, a diversidade das *raças*, as mestiçagens e os produtos históricos da experiência colonial eram pontos de discussão na produção intelectual nacional. A partir disso, o objetivo deste estudo foi destacar como os termos *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*, foram utilizados como ferramentas de organização e explicação do mundo. Esses termos, enquanto produtos histórico/políticos e sociais, conformam o conjunto de termos e significados (léxico) que discutem e articulam a realidade sócio-histórica nas décadas iniciais do século XIX e iniciais do século XX.

Demonstrar a ocorrência desses conceitos nos autores analisados, ajuda a compreender a formulação do léxico. Isto significa dizer que esses autores abordam problemas semelhantes no mesmo período e valem-se das mesmas categorias para produzir sua argumentação e desta forma compartilham de um *corpus* teórico-conceitual comum.

A análise da construção deste quadro teórico-conceitual buscou demonstrar como se articulava e consolidava o pensamento de época gestado entre as décadas finais do século XIX até as décadas iniciais do século XX. Isto não significa dizer, que a produção teórica e intelectual desenvolvida nesta época não carece de críticas e revisões. Este é um processo necessário para a (re)construção e validação de um conhecimento histórico e científico contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**. Casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Orgs.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 21-42.

BERNAND, Carmen. Prefácio. In: PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 15-27.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf, 2001.

DUTRA, Eliana de Freitas (orgs). **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e Senzala**. 51^a ed. rev.- São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **República, educação e história pátria no Brasil e em Portugal: A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 85-120.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

INGOLD, Tim. A evolução da sociedade. In: FABIAN, Andrew (org.) **A evolução: a sociedade, a ciência e o universo**. Lisboa: Terramar, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A República: oposições e consolidação. In: LAPA, Jose Roberto do Amaral. **História da República**. Campinas. 1990.p. 51-68.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Editora da Unicamp. 2013.

_____. **História e memória**: história. V. 1. 6 ed. Lisboa: edições 70, 2000.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 1996.

MARTINS, Estevão de Resende. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Resende (org). **A História pensada**: Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX. São Paulo, Editora Contexto. 2010.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Org.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p.117-154.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**: 1870-1922. São Paulo: Alameda, 2009.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. In: SANTIAGO, Silviano (org.) **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 19-167.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. **As desventuras do liberalismo**: Joaquim Nabuco, A Monarquia e a República. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Unesp, 1997.

PAIVA, Eduardo França; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (orgs). **Do que estamos falando?**: Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro, Garamond, 2016.

PAIVA, Eduardo França. Escravidão, dinâmicas de mestiçagens e o léxico ibero americano. Portuguese Journal of Political Science and International Relations, Braga, nº 10, p. 14, 2013.

_____. **"Dar o Nome ao Novo"**: Uma História Lexical da Ibero-América entre os Séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o Mundo do Trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editores, 2015.

_____. **História & Imagens**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Vol. 5. Editora UFMG, 2001.

PRADO, Paulo. Retratos do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (org). **Intérpretes do Brasil**: Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

RESENDE, Paulo Edgar. **A República sem povo**. São Paulo: História do Brasil, Sebo das Letras, 1989.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

_____. **As coletividades anormais**. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

ROMERO, Silvio. Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **História da literatura brasileira**. 52^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1953.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. *Mal-estar na Cultura*, [S.l.], p. 1-32, abr./nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminmalestar/documentos/arquivo/Schwarcz%20-%20adaptacao%20mesticagem%20tropicicos.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras (1993).

SOUZA, Ricardo Alexandre de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan | jun 2013.

_____. **Agassiz e Gobineau** – As ciências contra o Brasil mestiço. Dissertação (Mestrado em História das Ciências: História). Casa de Oswaldo Cruz (COC – Fiocruz). Rio de Janeiro, 2006, 174p.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. In: ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1979, p. 33-108.

VASCONCELOS, José. **La Raza Cósmica**. México: Editorial Porrúa, 2010.

VASQUES, Priscila; AGUILERA, Vanderci. **Uma análise semântica do léxico em documentos históricos do Paraná**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/priscilacvasques.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

VON MARTIUS, Karl Friederich P. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Orgs.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 61-91.

WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? In: NOVAES, Adauto. (Org). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 19-44.